

**POLÍTICA****ALÉM DA NOTÍCIA****O novo regime**

**E**xegetas do parlamentarismo acreditam que ele virá para ficar, e não mais para servir de arranjo institucional para a eventual fragilidade política do governo Sarney. Ele levará de roldão a classe política, que terá de abandonar seus antigos vícios republicanos, e dar lugar a uma burocracia estável, que não mudará com as crises do gabinete. E estimulará o surgimento de partidos políticos fortes, que têm seu berço primal no Congresso, e que destinarão a controlar o Executivo exercitando a alternância no poder.

Decidido o presidente da República pelo parlamentarismo, resta ver os problemas sucedâneos que seriam o da adaptação da classe política e da burocracia estatal a um regime de governo que não abre as comportas para a fisiologia e o nepotismo. O Poder Executivo, que ficará na dependência da fiscalização intensiva do Legislativo, mas não na forma de exercer o mando em nomeações e negócios especiais, porém dando vazão a uma rotatividade de partidos e de seus quadros no topo do poder.

Pode-se observar a experiência dos regimes parlamentares europeus. Na Itália, ontem, o prefeito de Roma demitiu-se e nem assim a capital da república deixou de prestar à população os serviços essenciais básicos. Na última crise de gabinete italiana — com a demissão do primeiro-ministro Bettino Craxi — todo o governo foi mudado, mas apenas 400 cargos de confiança puderam ser trocados.

Na França, o parlamentar misto — fórmula que inspira uma nata da Constituinte brasileira — também mostrou, na última grande crise de gabinete, que ensejou a subida do atual primeiro-ministro e prefeito de Paris, Jacques Chirac, que uma pequena parcela do governo foi mudada.

No Brasil, o presidente Sarney já está convencido da necessidade do parlamentarismo e seu grande desafio será montar uma burocracia estável, modelar em princípios, com planos de carreiras definidos e democráticos.

O ministro Aluizio Alves a esse respeito, está implantado o modelo brasileiro da tradicional ENA Francesa (Ecole National D'Administration), que será uma escola de formação e reciclagem de quadros permanentes para a administração pública, submetidos a vestibulares para o acesso à cúpula do Executivo.

Assim, o parlamentarismo poderá ser o regime de estabilização política, que o País reclama. E só não será, provavelmente, se não for bem definido pela Constituinte. Nesse caso, não passará daquele tipo de arranjo que integra o anedotário político desses dias: "Se vier o parlamentarismo — relatou ao ex-ministro Golbery, recentemente, um de seus mais constantes interlocutores — virá primeiramente o primeiro-ministro Ulysses Guimarães. Depois virá o primeiro-ministro Mário Covas. Na terceira crise, virá o primeiro-ministro Uruçu..."

**JOGADA PARA DESENTOCAR**

Um contato prévio, entre emissário do Palácio do Planalto, próximo do presidente Sarney, e o governador Newton Cardoso, revelou a face oculta da montagem dos governadores de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro: foi uma pressão combinada, de fora para dentro, para fazer o atual ministério desentocar.

**NÃO FOI RICUPERO**

A indicação do embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro para o Comitê da Dívida não partiu do embaixador Rubens Ricupero, mas de outra bem próxima ao presidente da República.

LEONARDO MOTA NETO